

A ATUAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (ONGs) E A AGROECOLOGIA NO SUL DO BRASIL

The role of non-governmental organizations (NGOs) and the agroecology in Southern Brazil

La actuación de las organizaciones no gubernamentales (ONGs) y la agroecología en el sur de Brasil

Roberto Antônio Finatto
Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Laranjeiras do Sul
robertofinatto@gmail.com

Resumo: Este artigo analisa o papel desempenhado pelas ONGs no desenvolvimento da Agroecologia na região Sul do Brasil. Para tanto, parte de uma abordagem histórica construída com base na perspectiva dos atores que estiveram ou que ainda estão diretamente envolvidos com o sistema de produção agroecológico. O método pautou-se em revisão bibliográfica, análise documental (leitura de projetos em execução) e entrevistas com informantes qualificados para detalhar o processo histórico e o papel atual das ONGs. Conclui-se que essas organizações, ao somarem esforços no campo técnico e político com outras instituições, foram centrais para moldar o atual quadro da Agroecologia no sul do país. Traços dessa atuação podem ser identificados na legislação sobre a produção orgânica, na criação de associações e cooperativas e na abertura de canais de comercialização. Entretanto, dificuldades na obtenção de recursos e a entrada de novos atores no sistema agroecológico tendem a diminuir a centralidade dessas organizações no espaço em tela.

Palavras-chave: Agricultura; Agroecologia; ONG; Região Sul (Brasil).

Abstract: This article analyzes the role played by NGOs in the development of the agroecology in southern Brazil. To do so, it makes use of a historical approach that was built on the basis of the perspective of agents who were or are still directly involved in the agro-ecological production system. The method was designed according to what mentions the literature review, the document analysis (reading of projects that are being executed) and the interviews with qualified informants who detailed the historical process and the current role of NGOs. It is possible to conclude that these organizations, in an attempt to add up efforts in technical and political field with other institutions, were central to shape the current agroecology frame in the south. Features of these activities can be identified in the legislation on organic production, on the creation of associations and cooperatives and on the opening of commercialization channels. However, difficulties to obtain resources and the entry of new agents in the agro-ecological system tend to diminish the centrality of these organizations in the current scenario.

Keywords: Agriculture; Agroecology; NGO; Southern Brazil.

Resumen: Este artículo analiza el papel que desempeñan las ONGs en el desarrollo de la agroecología en el sur de Brasil. El estudio parte de un enfoque histórico construido desde la perspectiva de los actores que estuvieron o todavía están directamente involucrados en el

sistema de producción agroecológico. La metodología está basada en revisión de literatura, análisis de documentos (lectura de proyectos en ejecución) y entrevistas con informantes calificados para detallar el proceso histórico y el papel actual de las ONGs. Se concluye que estas organizaciones, al sumar esfuerzos en el campo técnico y político con otras instituciones fueron centrales en la conformación del marco de la agroecología actual en la región. Como resultado de esa actuación se puede identificar en la legislación sobre la producción ecológica, la creación de asociaciones y cooperativas y la apertura de canales de comercialización. Sin embargo, dificultades en la obtención de recursos y la entrada de nuevos actores en el sistema agroecológico tienden a disminuir la centralidad de estas organizaciones en el sur del país.

Palabras clave: Agricultura; Agroecología; ONG; Región Sur (Brasil).

Introdução

Partimos da ideia de que a Agroecologia possui uma base epistemológica que reconhece a interdependência entre os sistemas social e o ecológico (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Ela é multidimensional (SEVILLA GUZMÁN, 2006) já que considera os aspectos ecológicos, socioeconômicos, culturais e políticos no desenho dos sistemas agroalimentares. As ações em torno da Agroecologia tomam como base as características específicas dos agroecossistemas e o contexto social e econômico em que os mesmos encontram-se inseridos.

Nesse sentido, ela propicia a elevação da autonomia dos agricultores ao valorizar os recursos e potencialidades presentes nas unidades de produção e transformar as relações com o mercado¹. Apresenta, assim, particularidades que a diferenciam da agricultura orgânica (ASSIS e ROMEIRO, 2002; FINATTO, 2016).

No sul do Brasil, as organizações não governamentais foram pioneiras no desenvolvimento de estilos ecológicos de agricultura e de técnicas de produção alternativas ao modelo convencional. Surgidas em diferentes momentos da década de 1970 e 1980, essas instituições promoveram a discussão política sobre o modelo de desenvolvimento do período e a necessidade de buscar alternativas para os agricultores que não estavam integrados ao padrão difundido pela Revolução Verde.

Essas organizações têm sua origem ligada à soma de esforços de instituições das igrejas, sindicatos rurais, representantes de organizações internacionais (sobretudo Misereor e Inter-American Foundation/IAF), lideranças de cooperativas e associações de agricultores, entre outros. De forma geral, as ONGs surgiram com a proposta de fortalecer a agricultura familiar — ou a chamada pequena produção agrícola — com base em um conjunto variado de atividades. Diante desse quadro, este trabalho caracteriza e analisa a atuação das ONGs na

¹ Este texto não comporta uma discussão específica sobre a Agroecologia. Análises sobre o tema podem ser consultadas em Altieri (1998 e 2010), Caporal e Costabeber (2004) e Sevilla Guzmán (2006).

promoção da Agroecologia na região Sul do Brasil. Além disso, destaca alguns aspectos históricos e o contexto atual de atuação das mesmas.

O método da pesquisa se pautou em leituras de publicações sobre o tema, na análise documental (leitura de projetos em execução) e entrevistas com informantes qualificados ligados à algumas das principais ONGs da região Sul do país: o Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa/Erechim) e o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), no Rio Grande do Sul; a Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco), o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro) e o Centro Vianei de Educação Popular, em Santa Catarina; a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar) e a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (Rureco), no Paraná². As entrevistas foram realizadas entre maio e setembro de 2013. Algumas informações foram atualizadas durante o segundo semestre de 2014.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo possui quatro seções. Inicialmente, apresenta alguns aspectos que marcam a aproximação das ONGs com a chamada agricultura alternativa a partir da década de 1980. Posteriormente, destaca as ações atuais executadas em torno da Agroecologia, seguida de um detalhamento da área de atuação e dos recursos disponíveis para as atividades. Por fim, analisa com base numa perspectiva histórica o papel desempenhado por essas organizações no sul do país.

Alguns apontamentos históricos

O modelo de desenvolvimento da agricultura colocado em marcha a partir da década de 1960 no Brasil visava incentivar a modernização — via intensificação no uso de máquinas, implementos agrícolas, agrotóxicos e sementes melhoradas — e arrecadar recursos para financiar a industrialização, substituindo as importações e fornecendo mão de obra para a indústria (NEVES NETO e HESPANHOL, 2014).

Considerando os impactos socioeconômicos desse processo e a exclusão de um grupo significativo de agricultores (DELGADO, 1985; GONÇALVES NETO, 1997), mostrou-se necessário discutir técnicas de produção e formas de organização social que contemplassem as demandas dos agricultores familiares camponeses. Surgem, assim, conforme Brandenburg (2002), associações de agricultores articulando um movimento alternativo daquele proposto pelo Estado.

² A seleção das ONGs participantes da etapa de campo da pesquisa ocorreu amparada em dois principais critérios: a trajetória e relevância das atividades já desenvolvidas em torno da Agroecologia e a localização das mesmas, já que buscamos trabalhar com organizações dos três estados do sul do país. Dificuldades de agenda impediram a participação de uma ONG do Rio Grande do Sul nessa etapa.

Almeida (1999) destaca que os grupos sociais que questionaram o modelo de desenvolvimento se constituíram na metade da década de 1970. Entre os elementos que guiaram esse processo de contestação estão as críticas e as demandas por políticas agrícolas do Estado e a necessidade de experimentação de tecnologias adaptadas à agricultura familiar.

Assim, tais manifestações contestadoras são portadoras de uma mensagem que ocupa posição central, de grande significação político-cultural e sociológica nos dias de hoje: elas cristalizam, na verdade, a não crença em um crescimento econômico e industrial ilimitado e na obtenção de um bem-estar social, insistindo na necessidade lógica de renunciar à panaceia universal que seria o desenvolvimento sociocultural e econômico (ALMEIDA, 1999, p.33).

Brandenburg (2002, p.18) assinala que "desde a sua origem, os grupos da agricultura alternativa estiveram alinhados a movimentos sociais combativos e aos partidos políticos que lutavam por uma democratização social e uma proposta de transformação da sociedade". O contexto econômico e político do período não era favorável à construção de propostas que se posicionavam contra os princípios da modernização da agricultura. Mesmo assim, algumas iniciativas foram criadas ou fortalecidas e contribuíram para o avanço da Agroecologia nas décadas seguintes.

Uma ação de destaque na década de 1980 foi o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), desenvolvido a partir de 1983, sob guarda institucional da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), com sede no Rio de Janeiro. O PTA destacou-se por inserir algumas ONGs em um conjunto articulado de ações em torno da produção alternativa. O objetivo inicial do projeto era "formar uma equipe de assessoria técnica a comunidades rurais, para suprir as carências que estavam inviabilizando inúmeros assentamentos oriundos de lutas vitoriosas pela posse da terra" (WEID, 1985, p.09). Para cumprir com o objetivo, buscou-se trabalhar a organização política, estratégias de comercialização e técnicas alternativas frente à inadequação da agricultura convencional à realidade dos assentados (custos elevados, dificuldade de absorção e baixa efetividade das técnicas adotadas e alto risco na produção) (WEID, 1985).

Entretanto, a falta de conhecimentos específicos inviabilizou o avanço da proposta. Diante da falta de experiências práticas que servissem como referência e de técnicos capacitados para desenvolver uma agricultura adaptada à realidade dos pequenos produtores, a solução adotada foi identificar iniciativas em curso na área de atuação das organizações sociais existentes no país para sistematizá-las e, posteriormente, difundi-las (WEID, 1985). Um dos primeiros objetivos do projeto, portanto, foi realizar um levantamento sobre a existência de tecnologias alternativas, tanto de caráter acadêmico quanto prático, utilizadas pelos agricultores nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do país.

Apesar de o objetivo inicial de acompanhar e difundir as técnicas alternativas estar bem delineado, ele não se concretizou totalmente. Problemas técnicos, falta de conhecimento acumulado para o acompanhamento das experiências, dificuldade de trabalhar com experiências muito diversas (uma vez que elas carregavam as especificidades regionais) e os diferentes níveis de envolvimento das equipes foram alguns dos fatores que impossibilitaram o êxito pleno da proposta (LUZZI, 2007). Mesmo assim, é importante reconhecer que essa atividade fortaleceu a articulação entre as pessoas e as organizações envolvidas.

A Rede de Tecnologias Alternativas, articulação que unia as ONGs envolvidas no projeto, era composta, em seu início, por dois principais nós: as organizações locais que eram muito ligadas à Igreja Católica ou Protestante e as organizações internacionais de financiamento. Sua identidade se originava de alguns pontos comuns: uma visão crítica do desenvolvimento diante da sua incapacidade de resolver problemas sociais; os pobres e excluídos devem ser os protagonistas da mudança social; a mudança, por sua vez, deve ser gestada no interior desse grupo social e uma desconfiança em relação ao Estado e às instituições que dele estavam próximas (ABRAMOVAY, 2000). Nesse sentido, o trabalho das ONGs desenvolvido em torno da agricultura alternativa durante a década de 1980, em grande parte, se atrela à proposta do PTA. Segundo o coordenador do projeto na região Sul, durante esse período, a rede

embora com o nome de tecnologia, de agricultura, era muito mais uma rede de animação política na agricultura do que qualquer outra coisa. Mas, claro, também muitos bons agrônomos desde o começo, já tinha algumas experiências, muitas experiências de agricultores (Entrevistado 01, 2013).

Uma característica da atuação das ONGs na década de 1980 era a proximidade com os movimentos sociais. Essas organizações trabalharam com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (Mab), o Movimento de Mulheres Agricultoras — que mais tarde se constituiu como Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) —, entre outros. Um entrevistado pontua que a assessoria aos movimentos visava "dar uma orientação política a um novo projeto, tentando construir com eles esse novo projeto que era muito difuso, mas que já tinha princípios, e hoje um deles pode ser entendido como a Agroecologia" (Entrevistado 03, 2013). Para tanto, havia uma espécie de assessoria na luta política e, ao mesmo tempo, na busca de tecnologias alternativas para viabilizar a reprodução social e econômica dos agricultores na terra conquistada.

A geração do conhecimento sobre a produção ecológica era produzida tanto em áreas próprias de algumas ONGs, como nas unidades produtivas dos agricultores. A principal vantagem das áreas próprias era a isenção de eventuais prejuízos que os agricultores pudessem ter com a produção, diante do domínio ainda parcial das técnicas utilizadas.

O Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap) conseguiu aproximadamente 40 hectares da Fazenda Anoni, no atual município de Pontão, no norte gaúcho, onde se iniciaram vários experimentos de produção sem o uso de insumos químicos. Foram feitas parcelas com cultivos em sistema convencional, orgânico e convencional, e somente orgânico, para avaliação e comparação da produtividade. Além dos experimentos próprios, a equipe do Cetap também acompanhava alguns experimentos nas áreas dos agricultores. Depois dos primeiros anos, a produção na área própria tornou-se totalmente orgânica.

Outra atividade fundamental para fortalecer o projeto da agricultura alternativa eram os cursos que permitiam a formação e o intercâmbio de conhecimento. Um dos entrevistados recorda que o PTA "cumpriu um papel muito interessante na fase inicial da capacitação das equipes e das entidades" (Entrevistado 05, 2013). Essa capacitação ocorria por meio de "cursos de formação sobre as tecnologias alternativas [...]. Então vinha gente de fora para dar os cursos, mostrando a realidade da América Latina e coisas assim" (Entrevistado 04, 2013). Os cursos envolviam pessoas ligadas às diferentes ONGs, lideranças dos movimentos sociais e agricultores de diferentes lugares do sul do Brasil.

Parte significativa dos recursos para viabilizar esses encontros vinha das agências de cooperação internacional que, como apontado por Abramovay (2000), era um dos principais nós da Rede de Tecnologias Alternativas. Com a ampla possibilidade de aplicação dos recursos vindos dessa fonte de financiamento, além de viabilizar suas atividades, as ONGs conseguiram montar parte das suas estruturas físicas.

O trabalho desenvolvido pelo PTA também contribuiu para a incorporação da Agroecologia pelas ONGs. Como destacado por Luzzi (2007), a tradução, em 1989, do livro de Miguel Altieri *Agroecologia — as bases científicas da agricultura alternativa* e os debates por ele proporcionados, aliada aos cursos realizados com grandes referências no tema, foram de grande valia para a difusão da Agroecologia entre as organizações.

No final da década de 1980 ocorreu a desvinculação institucional do PTA da Fase, e em março de 1990 foi fundada a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). A função principal da organização passou de coordenação para assessoria às diversas ONGs membros da então chamada Rede PTA. Essa alteração visava diminuir o caráter vertical e centralizador que a organização vinha mantendo de acordo com alguns dos seus membros (LUZZI, 2007). No caso da região Sul, foi então constituída a Rede TA-Sul como

[...] uma rede de entidades não governamentais, sem fins lucrativos e de caráter não partidário ou religioso, que desenvolve trabalhos de pesquisa, assessoria, formação e difusão na área de tecnologias alternativas para a agricultura (REDE TECNOLOGIA ALTERNATIVA/SUL, 1997, p.170).

A partir da década de 1990 ocorreu a abertura da Rede de Tecnologia Alternativa e a ampliação dos seus nós. Abramovay (2000) destaca seis motivos que explicam esse contexto: (1) a Igreja Católica torna-se menos ativa e crítica diante da mudança de contexto político, diminuindo a dependência das entidades locais da mesma; (2) a noção de agricultura alternativa é substituída pela de agroecologia, inserindo a ciência como um componente da rede; (3) ao mesmo tempo em que mantém a dimensão utópica da agricultura alternativa, a agroecologia passa a facilitar o contato com as instituições científicas; (4) a rede passa a atrair estudantes simpatizantes com o discurso da agroecologia, ampliando sua capacidade de atração que na década anterior se concentrava, sobretudo nos militantes de esquerda ligados à igreja; (5) relação heterogênea com o movimento sindical, o trabalho é mais próximo dos setores sindicais que tiveram contato com a igreja nas décadas anteriores, a exemplo da CUT; (6) o Estado passa a ser foco de reivindicações, sobretudo pela participação dos (ex) membros da rede em cargos públicos.

Destacamos aqui a importância da Agroecologia para a Rede, uma vez que a "dupla natureza da agroecologia (busca organicamente articulada do conhecimento e da transformação social) teve o poder de preservar a coesão da rede quando se desfizeram seus laços comunitários originais" (ABRAMOVAY, 2000, p.171). Na década de 1990, como aponta um entrevistado, "não é mais a luta política contra a barragem da bacia do rio Uruguai, não é a luta política contra a ocupação, contra a repressão, enfim. Agora a luta é mais por regulamentação, por política pública" (Entrevistado 03, 2013).

A Rede TA/Sul buscou incentivar o desenvolvimento de tecnologias alternativas na agricultura, o fortalecimento dos movimentos e das instituições vinculadas à produção agroecológica, o aperfeiçoamento técnico e pedagógico dos dirigentes e profissionais da área e a elaboração de políticas públicas para o setor. Em linhas gerais, a TA/Sul buscou constituir uma proposta de desenvolvimento rural onde atuou, desenvolvendo ações no plano técnico, político e de sensibilização da sociedade em favor de novas formas de produção (BADALOTTI, 2003).

As organizações vinculadas à Rede TA/Sul constituíram a base para a criação da Rede Ecovida de Agroecologia³, formalizada em 1998. A criação da Ecovida resultou da necessidade de fortalecer as relações existentes e inserir as novas organizações que ainda não participavam desse processo coletivo, uma vez que a TA-Sul era composta, prioritariamente,

³ A Rede Ecovida é definida por Santos (2006, p.122) "[...] como um espaço de articulação entre agricultores familiares ecologistas e suas organizações, entidades de assessoria e simpatizantes com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de produtos ecológicos". As diferentes entidades que constituem a Rede fornecem assessoria técnica desde a produção até a certificação dos produtos. Santos (2006, p.122) ainda afirma que a Rede "tem como metas fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, gerar e disponibilizar informações entre os participantes e criar mecanismos legítimos de credibilidade e garantia dos processos desenvolvidos por seus membros".

pelas entidades pioneiras. Além disso, o emergente tema da certificação da produção agroecológica também impulsionou o surgimento da Rede.

As ações em torno da Agroecologia

A Agroecologia foi incorporada pelas ONGs no sul do Brasil no início da década de 1990. Essa incorporação foi facilitada diante do histórico de atuação dessas organizações que se posicionavam contra o modelo de modernização da agricultura no país e, ao mesmo tempo, ainda careciam de uma proposta mais densa — do ponto de vista político, técnico e científico — para orientar suas ações.

A seguir serão apresentadas as ONGs que foram objeto de análise nesta pesquisa. Serão detalhados os principais parceiros e vínculos institucionais, o método de trabalho e as ações que engendram para viabilizar seus projetos. Uma síntese dessas informações pode ser consultada no Quadro 01.

O objetivo geral das atividades desenvolvidas pelas ONGs é elevar a qualidade de vida e viabilizar a permanência dos agricultores no campo. Um elemento que se fortaleceu, sobretudo na última década, foi a inserção da questão ambiental ao escopo de trabalho. A incorporação dessa questão foi, em grande parte, operacionalizada a partir de atividades que visam o fortalecimento da agricultura familiar camponesa com ações coordenadas no campo da Agroecologia e da educação popular.

Quadro 01 - Características das ONGs e principais ações relacionadas com a Agroecologia.

ONG	Ano Fundação	Localização	Principais projetos/ações comuns em Agroecologia	Projeto ou característica importante
Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar)	1966	Francisco Beltrão/PR	Assessoria técnica na produção, agroindustrialização e comercialização agroecológica (canais curtos, destaque para o mercado institucional); Assessoria na certificação participativa; Participação em espaços deliberativos sobre Agroecologia e produção orgânica; Coordenação dos Núcleos da Rede	Projeto tecnologias ecológicas (ações nas escolas, implantação de agroflorestas, construção de silos secadores e armazenadores de grãos e cisternas); resgate de raças puras de galinhas e de sementes nativas crioulas; atividades formativas com agricultores.
Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná (Rureco)	1986	Guarapuava/PR		Participação no projeto "Agricultura Ecológica e Serviços Socioambientais" cujo objetivo é fortalecer a agricultura familiar por meio da Agroecologia, gerando benefícios socioambientais.
Centro Vianei de Educação Popular	1983	Lages/SC		Assessoria técnica e organizacional de grupos de mulheres na Agroecologia; Assessoria na produção, condução e implantação de sistemas agroflorestais.
Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (Apaco)	1989	Chapecó/SC		A área de atuação da APACO conta com 30 famílias certificadas e mais 130 aguardando a certificação.
Centro de Estudos e Promoção da	1990	Florianópolis/SC		Foco na agricultura no meio rural e urbana; Trabalho com escolas (horta

Agricultura de Grupo (Cepagro)			Ecovida;	escolar, palestras, etc.).
Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa)	1978	Erechim/RS	Organização/participação em reuniões, encontros e eventos relacionados com a Agroecologia	Projeto de Implantação de Bancos Comunitários de Sementes e Capacitação para o Resgate, Multiplicação, Armazenamento e Uso de Sementes Crioulas em Moçambique e África do Sul; Atividades em escolas, universidades e institutos federais.
Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap)	1986	Passo Fundo/RS		Projeto Sistemas Agroflorestais e Aproveitamento de Frutas Nativas; Agroecologia por meio da atuação das agricultoras; ATER Agroecologia para 900 famílias do Rio Grande do Sul.

Fonte: Organizado pelo autor com base em pesquisa de campo (2013/2014).

Os projetos relacionados com a Agroecologia buscam estimular ou desenvolver potencialidades já existentes entre os agricultores. Nesse sentido, são privilegiadas as atividades que os próprios agricultores já possuem conhecimento ou que são adequadas às suas características. As atividades abrangem duas principais dimensões: a assessoria técnica e a formação política/organizativa.

Esse é o caso da Fundação Rureco que trabalha com plantas medicinais, sistemas agroflorestais, preservação de mananciais e cadeia produtiva de diferentes produtos. A formação do grupo de agricultores onde os projetos são desenvolvidos pode ocorrer por duas vias: tanto a ONG pode mobilizar os agricultores diante da existência de recursos, uma área em potencial ou uma oportunidade de mercado para a produção de algum produto; ou os próprios agricultores podem manifestar interesse e, por meio de suas associações ou outras entidades parceiras (como os sindicatos) procurar a instituição.

A atuação do Centro Vianeí, de Lages/SC, também segue essa lógica, ou seja, trabalha com base no levantamento das demandas dos agricultores e os projetos são construídos de forma conjunta entre os atores envolvidos na sua execução. Há a preocupação de respeitar a individualidade dos diferentes grupos, buscando conciliar seus "ritmos" com as oportunidades de comercialização existentes. O trabalho da unidade de Agroecologia e Educação Popular, responsável pelas atividades relacionadas com a Agroecologia, envolve tanto a assessoria técnica sobre práticas agroecológicas como a formação política. Merece destaque, atualmente, a assessoria relacionada à produção, condução e implantação de sistemas agroflorestais e os cursos para instrumentalizar os agricultores em relação à legislação sobre a certificação participativa. Devido à elevada demanda por assessorias, o Centro também trabalha com parcerias para o desenvolvimento de cursos e outras atividades.

Os projetos desenvolvidos pelo Cepagro ocorrem principalmente em função da demanda identificada junto às famílias e grupos de agricultores. A partir da identificação das mesmas criam-se os projetos que se aglutinam em torno do Núcleo Litoral Catarinense da

Rede Ecovida, do qual o Centro é parte da coordenação. O trabalho desenvolvido tem um caráter coletivo, segundo o coordenador do Cepagro: "não é para indivíduo isolado, ele pressupõe que trabalhar agricultura de grupo, necessariamente, tem que ter o grupo de base sendo fortalecido e esse grupo de base fortalece o núcleo e fortalece a rede como um todo" (Entrevistado 06, 2013).

O método de trabalho, que prioriza as atividades com grupos de agricultores, além de estimular a cooperação é estratégico frente o baixo número de profissionais. As ONGs contam com um quadro de profissionais fixos muito pequeno, sendo difícil que os mesmos consigam desenvolver todas as etapas dos projetos. Como um entrevistado representante da Assesoar destaca, geralmente as atividades são feitas "em grupos organizados, uma associação informal, um coletivo de famílias, [...] de várias comunidades diferentes, de diferentes associações" (Entrevistado 07, 2013).

O representante da Fundação Rureco também detalha o método empregado nos seguintes termos: "se um grupo mostrou afinidade por plantas medicinais, a gente tenta trabalhar com o grupo, desenvolver alguns projetos pequenos, envolver eles nas ações de treinamento, de cursos, de intercâmbio, toda a parte de capacitação de alguma maneira a gente tenta atender" (Entrevistado 08, 2013). Atualmente a Rureco atua no fortalecimento de pequenos produtores, sobretudo via implantação de sistemas agroflorestais por meio do projeto "Agricultura Ecológica e Serviços Socioambientais" em áreas de referência⁴.

Os métodos participativos, as oficinas e as parcerias permitem desenvolver projetos mais amplos. Um desses casos é o projeto Tecnologias Ecológicas, desenvolvido pela Assesoar, que envolve 12 municípios do sudoeste paranaense⁵. O projeto engloba ações educativas nas escolas, implantação de agroflorestas, de silos secadores e armazenadores de sementes e a construção de cisternas para armazenamento de água em escolas e unidades de produção. Os recursos para a viabilização do projeto são da Fundação Interamericana com participação de entidades locais e contrapartida dos agricultores (como mão de obra; área para o desenvolvimento das atividades, parte dos materiais das construções, etc.). Por meio do projeto busca-se aumentar a oferta de alimentos para as famílias e, quando possível, efetuar sua comercialização; discutir e gerar referências de alternativas para a preservação ambiental e articular uma série de atores locais para incidir na formulação de políticas públicas relacionadas à Agroecologia e à agricultura familiar camponesa.

⁴ As áreas de referência são as unidades de produção escolhidas para a realização de determinado trabalho, com acompanhamento técnico e a participação do grupo de agricultores. Com o conhecimento adquirido, os agricultores que acompanharam o processo podem continuar os projetos em suas respectivas unidades produtivas. O projeto ainda envolve outras ONGs e conta com apoio da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro).

⁵ Os municípios são: Capanema, Planalto, Pranchita, Ampére, Santo Antônio do Sudoeste, Manfrinópolis, Salgado Filho, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Renascença, Coronel Vivida e Chopinzinho.

O acúmulo de trabalho desenvolvido pelas ONGs e materializado nas associações e cooperativas já em funcionamento também é um fator que facilita a inserção de novos agricultores aos grupos de Agroecologia existentes. Esse é o caso da Cooperativa Ecoserra, localizada em Lages/SC, e que contou com a colaboração do Centro Vianeí na sua criação. A cooperativa contribui na consolidação de outros agricultores e grupos, sobretudo em relação à comercialização dos produtos.

O Capa, de Erechim, também trabalha diretamente com a assessoria a duas cooperativas: Cooperativa dos Agricultores Familiares Ecologistas Solidários (Cooperfas) e a Cooperativa dos Produtores Biorgânicos (Cooperbiorga), além de sete agroindústrias certificadas (destaque para a produção de canjica, farinha de milho, óleo de gergelim e de linhaça dourada, açúcar mascavo e doces de frutas). A assessoria técnica de ambas as cooperativas é fornecida por técnicos do Centro. Apesar da participação no planejamento das atividades, nas reuniões do conselho fiscal e na administração das cooperativas, elas têm autonomia em suas decisões.

O Cepagro trabalha com quatro cooperativas, três associações e outros grupos informais de agricultores. Essas organizações não trabalham exclusivamente com a produção agroecológica, mas há casos em que a figura jurídica das cooperativas é usada para facilitar a comercialização dos produtos ecológicos. Como elas não possuem técnicos ou agrônomos para acompanhar os trabalhos, são fundamentais as parcerias com as prefeituras e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri).

Entre as ações da Apaco também está a promoção da Agroecologia. Nos municípios de atuação dessa ONG estão cinco agroindústrias certificadas produtoras de farinha, açúcar mascavo, geleias, sucos, conservas e olericulturas processadas. A área de atuação da associação conta com 30 famílias certificadas e mais 130 em processo de certificação. Como forma de identificar os produtos da agricultura familiar da região a Apaco fomentou a criação do selo "Sabor Colonial" nos produtos das agroindústrias — tanto nos orgânicos como nos convencionais. O selo visa criar identidade nos produtos e facilitar sua identificação pelo consumidor, estimulando as vendas. Para viabilizar a comercialização foi criada a Cooperativa Central de Comercialização Sabor Colonial.

Nessa mesma lógica a Rureco atua nas bases da comercialização, ou seja, procura "formas de organizar os agricultores dentro das associações, das cooperativas para que consigam vender seus produtos e esses produtos tenham local para serem comercializados por um preço justo" (Entrevistado 08, 2013). O acúmulo de trabalho gerado pela Fundação, exemplificado na criação de associações e cooperativas, facilita e fortalece a inclusão de novos agricultores.

Para viabilizar a execução dos projetos é fundamental o apoio de outras instituições. De acordo com o representante do Capa:

pela **prefeitura de Erechim** nós executamos um curso de citricultura orgânica com a participação do pessoal da **Emater**. A gente tá conseguindo envolver o pessoal da **Emater**, das **universidades** e também em Santa Catarina, via **Secretaria da Agricultura** nós fizemos um curso sobre cultivo em estufas, que o pessoal também tem essa demanda em função da oscilação do clima, das intempéries (Entrevistado 09, 2013).

Os destaques nos trechos citados ressaltam as instituições acionadas para desenvolver o trabalho. Apesar de, na maioria dos casos, as instituições estarem representadas por poucas pessoas, elas formam parte de uma articulação em rede já que seus representantes se unem para viabilizar um projeto comum. Essas parcerias locais servem para dar continuidade às atividades iniciadas nos diferentes grupos, tanto no caso daqueles que estão no início do processo da transição agroecológica como daqueles que já possuem certificação das áreas.

Outro eixo de atuação das ONGs é a educação. A Assesoar desenvolve ações nas escolas públicas, na educação informal e na formação de técnicos em Agroecologia. O Cepagro também atua na educação básica com o programa "Educando com a Horta e a Gastronomia" desenvolvido em 83 unidades da rede pública de Florianópolis e envolvendo cerca de 15 mil alunos⁶.

O Capa, de Erechim, também tem proximidade com o eixo da educação formal. Essa aproximação ocorre por meio da coordenação do núcleo regional da Rede Ecovida e busca aumentar a quantidade de produtos agroecológicos na alimentação escolar, sobretudo por encaminhamentos via Secretaria Municipal de Educação. O Capa também desenvolve ações nas escolas, como a construção de hortas, oficinas e palestras sobre reeducação alimentar, uso de agrotóxicos e outros temas relacionados à preservação ambiental. A realização de atividades nas escolas, universidades e institutos federais objetiva debater as consequências do modelo de produção convencional e difundir a Agroecologia.

Além das atividades citadas, representantes das ONGs também participam diretamente em várias instâncias deliberativas⁷ buscando contribuir diretamente na elaboração de políticas públicas que envolvem a agricultura familiar e a Agroecologia. Ao mesmo tempo, também pretendem garantir o acesso àquelas políticas já existentes, que nem sempre são do conhecimento dos agricultores⁸.

⁶ Uma particularidade do Cepagro é trabalhar com a agricultura urbana. Um dos projetos de destaque nesse eixo é "Agricultura Urbana e a Revolução dos Baldinhos" desenvolvido no bairro Monte Cristo (situado na porção continental do município de Florianópolis). O projeto visa transformar os resíduos gerados pela comunidade em composto orgânico que é utilizado pelas famílias e escolas como adubo para diferentes cultivos.

⁷ O Cepagro, por exemplo, atua no Conselho Estadual do Pronaf, na Comissão Estadual de Produção Orgânica, no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, no Fórum Estadual e Fórum Regional de Economia Solidária e no Comitê Estadual de Alternativas para a Cultura do Tabaco (Cepagro, 2014).

⁸ Um exemplo desse trabalho foi a participação do Centro Vianeira para criar a Associação Sindical da Região Serrana que, num primeiro momento, visava acessar uma política de habitação rural.

A atuação das ONGs, enquanto parte da Rede Ecovida, está fortemente atrelada à certificação participativa. Por isso, membros dessas organizações participam dos conselhos de ética que fazem parte do processo de certificação e fornecem capacitação sobre Sistemas Participativos de Garantia (SPG) aos agricultores. As ONGs contribuem principalmente na parte burocrática do processo, tornando a certificação um eixo central na sua atuação. Com a provável saída das agências da cooperação internacional do sul do Brasil⁹ e, com isso, de boa parte dos recursos destinados a essa atividade, a estratégia adotada pelas ONGs tem sido ampliar os parceiros nos municípios para que os grupos de agricultores ainda não consolidados possam viabilizar a certificação.

A instabilidade em relação à disponibilidade de recursos financeiros, possibilidade de suspensão e cancelamento de contratos e a não aprovação de projetos em editais se colocam como entraves para o avanço das atividades em curso. Como consequência, muitos profissionais acabam tendo que dividir seu turno de trabalho em outro emprego ou ficam meses desligados dos projetos. Isso pode prejudicar a sequência dos trabalhos e desestimular os agricultores, já que eles ficam sem o amparo profissional, indispensável em processos de transição agroecológica.

A relação com as outras ONGs do Sul do Brasil ocorre, sobretudo por meio da Rede Ecovida. O projeto de maior destaque em curso com a Rede é um projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) que conta com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário¹⁰ (MDA). No contexto da Rede Ecovida os grupos temáticos (como o de homeopatia, gênero, etc.) servem de espaço para tratar de temas específicos, avaliar as demandas e mobilizar ações junto à esfera governamental.

Os recursos e a área de atuação

A Figura 01 apresenta a área de atuação direta das ONGs. Além dos municípios citados, também ocorre a atuação indireta em outras instâncias e áreas por meio da elaboração de políticas públicas e da participação em projetos de instituições parceiras.

Os recursos para as atividades das ONGs têm forte dependência de organizações internacionais. As três principais financiadoras são: a Inter-American Foundation (IAF), a Misereor e a Pão para o Mundo¹¹. O Comitê Católico Contra a Fome e a Favor do

⁹ De acordo com os entrevistados, as agências da cooperação internacional deverão deixar de financiar projetos no sul do país nos próximos anos em função do nível de desenvolvimento alcançado pela região. Existiriam, assim, áreas com maior prioridade para financiamento de projetos.

¹⁰ O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto em maio de 2016 e passou a integrar, juntamente com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

¹¹ A fusão, em 2012, da Pão para o Mundo e do Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento (EED, sigla em alemão) deu origem à Organização Protestante para a Diaconia e o Desenvolvimento. Como os dados do campo referem-se aos anos de 2013 e 2014, os entrevistados ainda citaram os nomes das agências anteriores à fusão, por isso os mantivemos no texto.

Desenvolvimento (CCFD), com sede em Paris; o Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento (EED, em alemão); e a Kerk in Actie, agência da Igreja Protestante da Holanda, também aparecem como instituições financiadoras. Além dessas organizações, os recursos do governo federal e, estadual em alguns casos, também são fundamentais.

A Misereor, com sede em Aachen na Alemanha, desenvolve projetos na Ásia, África e América Latina. Ela está ligada à Igreja Católica da Alemanha e dois terços do seu orçamento são assegurados pelo governo alemão por meio do Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento. Também conta com doações de diferentes grupos e pessoas (MISEREOR, 2015). A IAF é dirigida por um conselho composto por nove membros do setor privado e do governo federal dos Estados Unidos. A instituição trabalha com contra partida das organizações e pessoas atendidas. Atua na América Latina e Caribe e conta com recursos provenientes do Congresso dos Estados Unidos e do Fundo Fiduciário de Progresso Social, administrado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (IAF, 2015). A Pão para o Mundo (Brot für die Welt) tem sede em Berlim e apoia projetos em aproximadamente 100 países na África, Ásia e América Latina. Tem como foco a segurança alimentar, mas também atua em outras áreas como a educação, a saúde e os direitos humanos (PPM, 2015).

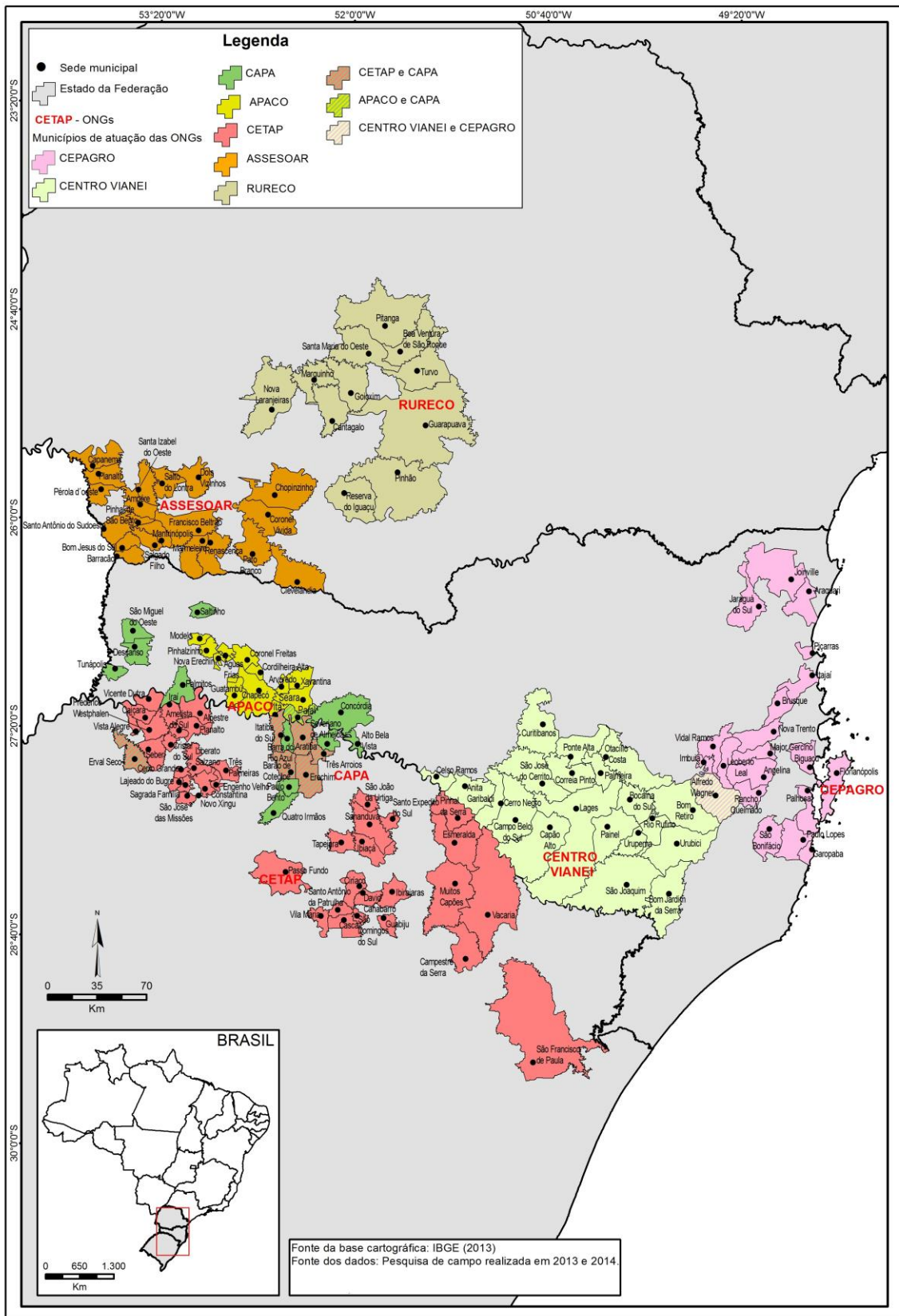


Figura 01 - Municípios de atuação das ONGs na região Sul do Brasil.

O Cepagro, localizado em Florianópolis, desenvolve atividades em 18 municípios da porção leste do estado de Santa Catarina e trabalha com 17 grupos de base. Essa atuação ocorre a partir do trabalho de uma equipe composta por 22 pessoas da própria ONG e mais os agentes das comunidades onde os projetos são desenvolvidos. A equipe multidisciplinar é composta por agrônomos, biólogos, profissionais da comunicação, da administração e estagiários. Os recursos para as atividades relacionadas com a Agroecologia têm como principais fontes as agências da cooperação internacional, Misereor e IAF, e o governo federal.

O Cetap conta com equipes em diferentes municípios do norte e nordeste do Rio Grande do Sul. O Centro conta com uma equipe de 20 pessoas, que sofre oscilação de acordo com o número de projetos em execução. Com a diminuição dos recursos da cooperação internacional começa uma aproximação com editais para viabilizar recursos do governo federal. Um deles, que conta com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, pretende estimular a Agroecologia por meio da atuação de 250 mulheres agricultoras em 20 municípios do norte do Rio Grande do Sul. A produção deverá ser destinada ao mercado institucional. Outro projeto que ainda conta com o apoio do IAF e da Misereor tem como objetivo auxiliar os agricultores a abrir e/ou fortalecer canais de comercialização. Em relação aos recursos, o Cetap contou com aproximadamente 1 milhão e 600 mil reais no biênio 2013/2014. Deste montante, cerca de 25% tem origem nas entidades da cooperação internacional (Misereor e IAF), 55% nas chamadas públicas do Governo Federal, 15% por meio de convênios com o Governo Estadual do Rio Grande do Sul e 05% tem outras fontes.

O núcleo do Capa de Erechim¹² atende principalmente agricultores vinculados à Rede Ecovida. O Centro trabalha com assessoria a agricultores dos núcleos da Rede do Alto Uruguai e Vale do Rio Uruguai, além de dividir a coordenação do primeiro com o Cetap, de Passo Fundo. No total, são 70 famílias que trabalham com a certificação participativa. O Capa contou com cerca de R\$ 1.000.000,00 para desenvolver atividades diretamente ligadas com a Agroecologia em 2013 e 2014. Desse total, 80% são oriundos da Pão para o Mundo e 20% referem-se à contratos de prestação de serviços com prefeituras.

A unidade técnica de Agroecologia e Educação Popular do Centro Vianeí tem a maior parte dos seus recursos com origem internacional (Misereor e IAF), mas as fundações, como a da Petrobrás, também financiam projetos das outras unidades do Centro. Em relação aos recursos da cooperação internacional destaca-se o projeto que visa assessoria técnica e organizacional dos grupos de mulheres na Agroecologia. O projeto promove a discussão de gênero, educação popular e Agroecologia. O Núcleo possui 350 unidades produtivas em processo de certificação.

A Assesoar atua na porção sudoeste do Paraná. De 2012 a 2014 contou com recursos próximos de 1 milhão de reais para as atividades relacionadas com a Agroecologia, sendo pouco mais de 70% desse total com origem nas agências IAF (EUA), Pão para o Mundo (Berlim/Alemanha) e o Comitê Católico Contra a

¹² O Capa foi criado em 1978 e iniciou suas atividades em 1979 com um núcleo em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul. Inicialmente o Centro chamava-se Centro de Aconselhamento ao Pequeno Agricultor, mas a partir de 1988 passou a ser chamado de Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor. A sigla permaneceu a mesma. O Capa desenvolve as atividades por meio de cinco núcleos localizados em Pelotas, Santa Cruz do Sul e Erechim no Rio Grande do Sul (o núcleo de Santa Rosa foi transferido para Erechim em 1988) e em Verê e Marechal Cândido Rondon, no Paraná.

Fome e a Favor do Desenvolvimento (CCFD) (Paris/França), 20% recursos próprios e o restante têm outras fontes como a Caixa Econômica Federal. Na área da Agroecologia, a Associação conta com 03 profissionais fixos que desenvolvem as atividades em 20 municípios do sudoeste paranaense.

A Fundação Rureco atua diretamente em 11 municípios do Centro-sul do Paraná. Os principais financiadores de seus projetos em 2013 e 2014 foram o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Kerk in Actie. A Fundação ainda conta com técnicos que atuam em outros municípios do estado.

A Apaco desenvolve atividades em municípios do oeste catarinense, mas não possui recursos próprios e projetos diretamente financiados por agências da cooperação internacional e do governo federal. Os recursos necessários para a manutenção das equipes são oriundos dos próprios agricultores que pagam pelos serviços recebidos ou das cooperativas que trabalham com a Associação.

A atuação das ONGs: uma síntese

Uma análise histórica permite constatar que o trabalho das ONGs — e a própria Agroecologia no sul do país — avançou, superando, assim, muitos dos problemas apontados por Abramovay (2000) na Rede de Tecnologias Alternativas. O empenho na construção de novos mercados, a ampliação no espectro de atuação das entidades para além das tecnologias e a sistematização do conhecimento produzido com base em parâmetros científicos já consolidados, são exemplos dos avanços, sobretudo na última década.

Partindo de um esforço coletivo para resgatar e aprimorar técnicas agrícolas tradicionais, em meio a um contexto político de redemocratização do país na década de 1980, os atores consideravam a agricultura alternativa uma proposta atrelada a uma perspectiva de mudança mais ampla, que envolvia os campos político, social e econômico. Naquele período, a atuação articulada entre representantes de partidos políticos de esquerda, da igreja católica e luterana, de movimentos sociais e de ONGs, foram fundamentais para estruturar ações de fomento à chamada agricultura alternativa.

Os recursos para as ações das ONGs têm basicamente duas origens: editais dos governos federal e/ou estaduais e as agências da cooperação internacional. Apesar de reconhecer o aumento no número de editais disponíveis para as atividades nos últimos cinco anos, um representante de ONG ressalta a ausência de um marco regulatório para essas organizações e os insuficientes recursos para contratação de pessoal nos editais de Ater (dificultando a criação de um vínculo sólido entre o contratado, a ONG e os beneficiários).

A dificuldade de trabalho com o poder público, diante da falta de regularidade e da burocracia dos editais, é compensada, por outro lado, com a facilidade da gestão dos recursos provenientes das agências da cooperação internacional. Entretanto, existem também dificuldades na obtenção de recursos de origem internacional, assim, as ONGs têm demandado cada vez mais a participação do poder público, nos diferentes níveis. Portanto, como afirmam Norgaard e Sikor (1999, p.43) "desde una perspectiva institucional, las ONGs agroecológicas funcionan como instituciones intermediarias que forjan lazos entre el campesinado, por un lado, y el gobierno e instituciones donantes, por otro". Além disso, elas têm buscado construir estratégias que permitem maior autonomia financeira aos grupos de agricultores com que trabalham com o objetivo de propiciar a continuidade dos projetos em curso.

A atuação das ONGs é fortalecida pelas várias iniciativas já existentes, sobretudo as associações e as cooperativas que, fundadas na década de 2000, já atuam de maneira independente. Essas organizações que devem sua origem, em parte, ao trabalho desenvolvido por representantes das ONGs, por vezes dividem (ou dividiram) o mesmo espaço físico, o prédio e/ou terreno, tendo sua intrínseca relação materialmente demarcada — a exemplo do Centro Viane e da Ecoserra, em Lages; da Apaco e da Cooperativa Central de Comercialização Sabor Colonial, em Chapecó e do Capa e da Cooperfas, em Erechim.

Em uma avaliação ao trabalho das ONGs, apesar do objetivo de elevar a autonomia dos grupos, ainda parece predominar um caráter demasiado assistencialista em suas ações, uma vez que elas se constituem como as portadoras do conhecimento necessário à melhoria da qualidade de vida dos agricultores. Nesse sentido, em que pesem seus esforços de reconhecer e trabalhar a partir das demandas dos agricultores, ainda existe um viés um tanto vertical no modo como conduzem os projetos. Isso resulta, em parte, da responsabilidade na gestão dos recursos que acaba impelindo as organizações a centralizarem algumas tomadas de decisões.

Em relação à autonomia, deve-se mencionar que as ONGs têm uma autonomia relativa, uma vez que dependem de outros agentes para a realização completa de suas atividades, sobretudo do tocante aos recursos, parcerias locais e público-alvo (DIESEL e DIAS, 1999). "Nesta interpretação, a ONG pode ter seu entendimento sobre o tipo de trabalho que haveria de ser realizado, mas esse deve estar adequado ao entendimento das financiadoras e do público-alvo para que venha a se realizar" (DIESEL e DIAS, 1999, p.34). Entretanto, em nossa análise, embora reconheçamos essa dependência estrutural, deve-se salientar que ela não é forte o suficiente para alterar os rumos dos projetos a serem executados pelas ONGs. Isso porque a via entre esses atores é exatamente o conjunto de intencionalidades comuns, mesmo com a existência de eventuais conflitos. Ou seja, há um limite para as divergências que não pode ser excedido, uma vez que isso romperia o vínculo.

Essa afirmação é corroborada pelo próprio caminho percorrido pelas ONGs na última década. Os questionamentos propostos por Diesel e Dias (1999) como um possível conflito entre os objetivos das fontes financiadoras, que no final da década de 1990 estariam voltando-se para as questões ambientais em detrimento da inclusão socioeconômica da população marginalizada — que até então era a prioridade — não se efetivou. Em parte, esse desajuste foi resolvido com a absorção da Agroecologia como linha de ação, que como já ressaltado não se isenta do debate tecnológico, social e ambiental¹³.

Deve-se destacar também o papel que a incorporação da Agroecologia cumpriu no posicionamento político das ONGs. Em seu texto, Almeida (1999) destaca duas posições adotadas pelos atores responsáveis pela construção social de uma nova agricultura no sul do Brasil. A primeira, mantida principalmente por alguns setores ligados às igrejas católica e luterana, do sindicalismo agrícola e do movimento ecológico, conduz, em muitos casos "à negação de certas práticas agrícolas modernas, do ensino técnico formal e a tudo que se possa identificar como moderno" (ALMEIDA, 1999, p.137). Ou seja, há uma preocupação excessiva

¹³ Vale destacar que a possibilidade de confluência de projetos entre as ONGs e as fontes de recursos via Agroecologia foi aventada pelos autores no texto citado.

com a manutenção da identidade camponesa e a refutação a tudo que possa abalá-la. A segunda posição, ou "visão ideológica" nos termos do autor, é aquela que se alinha à agricultura alternativa, uma vez que propõe renovados princípios de organização social e tecnologias, mas tendo como base as características sociais e materiais dos agricultores.

Apesar de ser uma polarização de visões ideológicas e de Almeida (1999) destacar que a segunda posição predomina entre as organizações estudadas, podemos afirmar que a primeira delas não foi identificada em nossa pesquisa. Nesse sentido, destacamos que a incorporação da Agroecologia — que coaduna com a ideia de agricultura alternativa, como já visto — ainda não havia ocorrido de forma tão abrangente. Portanto, mais uma vez, deve-se reconhecer o suporte multidimensional que a proposta da Agroecologia propiciou ao discurso e às práticas em torno de uma nova perspectiva de produção na agricultura.

Considerações Finais

O alcance e reflexo do trabalho das ONGs são de difícil mensuração, mas podemos afirmar que, indiretamente, contribuíram para a viabilização da Agroecologia como uma alternativa de vida a um considerável grupo de agricultores. Um indicador desse processo pode ser encontrado nos dados sobre a agricultura orgânica no Brasil, sendo que do total de 1.456 produtores que utilizam a certificação participativa no país, 1.066 se localizam na região Sul (MAPA, 2014). Como se sabe, as ONGs citadas trabalham diretamente na viabilização dessa modalidade de certificação.

O trabalho das organizações não governamentais exploradas no trabalho permite afirmar que a Agroecologia é central no escopo de atuação das mesmas. A partir dela se articulam atividades de preservação ambiental, valorização da biodiversidade e da diversidade cultural. Atividades essas que não perdem de vista a importância da geração de renda para as famílias de agricultores, sem a qual a reprodução socioeconômica ficaria comprometida. A geração de renda é viabilizada direta ou indiretamente através da implantação de sistemas agroflorestais, abertura de espaços de comercialização por meio de forte incidência política, apoio à certificação participativa, assessoria técnica na produção e, indiretamente, por meio de atividades de formação que buscam discutir com os agricultores a importância da Agroecologia.

Convém ressaltar, entretanto, que apesar de o trabalho dessas organizações ainda se apresentar como fundamental, ele teve sua importância diminuída no sul do país diante do surgimento de novas iniciativas que se consolidaram como atores dinâmicos na produção orgânica e agroecológica (empresas, associações, cooperativas e outros).

Finalmente, podemos afirmar que, mesmo com os desafios que cada época impõe, as ONGs citadas têm se esforçado para sedimentar os princípios da Agroecologia. Sua atuação, em parceria com associações, cooperativas e demais instituições que trabalham sob os princípios da preservação ambiental tem se mostrado fundamental para permitir a manutenção e o aumento no número de agricultores ligados ao sistema de produção agroecológico no sul do país.

Agradecimentos

O autor agradece o Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGG/UFSC) pelo auxílio na pesquisa de campo e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado no Brasil e de doutorado Sanduíche, na Espanha.

Referências

- ABRAMOVAY, R. A rede, os nós, as teias: tecnologias alternativas na agricultura. *Revista Brasileira de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 34, p. 159-177. 2000.
- ALMEIDA, J. *A construção social de uma nova agricultura - Tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.
- ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 499-520. 2003.
- ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n.6, p. 67-80, jul./dez. 2002.
- ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. 110p.
- ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. *Revista NERA*, n.16, p.22-32. 2010.
- BADALOTTI, R. M. *A cooperação agrícola e a agroecologia como base para a viabilização da agricultura familiar no oeste catarinense: o papel da APACO (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense) e demais agentes sociais*. 2003. 386 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.
- BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. In. ____ *Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. p. 95-120.
- CEPAGRO - Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo. Disponível em <<https://cepagroagroecologia.wordpress.com/>>. Acesso em 12 de novembro de 2014.
- DIESEL, V. ; DIAS, M. M. A proposta das ONGs para o desenvolvimento rural: uma avaliação crítica. *Extensão Rural*, Santa Maria, v. 6, p.31-45.1999.
- DELGADO, G. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone, 1985.
- FINATTO, R. A. Redes de Agroecologia e Produção Orgânica na região Sul do Brasil. *RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba, v.38, p.107 - 145, dez. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/42242>>. Acesso em de 31 março de 2017.
- GONÇALVES NETO, W. *Estado e agricultura no Brasil. Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- IAF - Inter-American Foundation. 2015. Disponível em <<http://www.iaf.gov/index.aspx>>. Acesso em 10 de março de 2015.

LUZZI, N. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. 2007. 182 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em <<http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/organicos>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2014.

MISEREOR. 2015. Disponível em <<http://www.misereor.org/pt/misereor-org-home.html>>. Acesso em 10 de março de 2015.

NEVES NETO, C. C.; HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento rural no Brasil e em Portugal: os casos do programa de microbacias em São Paulo e da iniciativa Leader em Portugal. *Ateliê Geográfico*, v. 8, n. 1, p.74-102, maio, 2014.

NORGAARD, R. B.; SIKOR, T. O. Metodología y práctica de la agroecología. In: ALTIERI M. *Agroecologia: Bases científicas para una agricultura sustentable*. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1999, p. 31-46.

PPM - Pão para o Mundo. Disponível em <<http://www.brot-fuer-die-welt.de/>>. Acesso em 10 de março de 2015.

REDE TECNOLOGIA ALTERNATIVA/SUL. Interconectando ideias e ideais na construção da agricultura do futuro. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1997. p.169-185.

SANTOS, L. C. R. A certificação participativa de produtos ecológicos desenvolvida pela Rede Ecovida de Agroecologia no sul do Brasil – limites e desafios. In: LOVATO, P. E.; SCHIMIDT, W. (Orgs.) *Agroecologia e sustentabilidade no meio rural: experiências e reflexões de agentes de desenvolvimento local*. Chapecó: Argos, 2006. p. 113-131.

SEVILLA GUZMÁN, E. *De la sociología rural a la agroecología*. Barcelona: Icaria. 2006.

WEID, J. M. Projeto Tecnologias Alternativas/FASE. *Proposta*, n. 27, p. 09-13. 1985.